

Os objectivos da DGARQ à luz do QUAR ■

O QUAR É UMA FERRAMENTA destinada à análise de desempenho do serviço e, por consequência, um importante meio de apoio à gestão. De acordo com a Lei n.º 66-B/2007, a avaliação de desempenho de cada serviço assenta num *quadro de avaliação e responsabilização* (QUAR), sujeito a verificação permanente e actualizado a partir dos sistemas de informação do serviço, onde se evidenciam:

- a) a missão do serviço;
- b) os objectivos estratégicos plurianuais determinados superiormente;
- c) os objectivos operacionais (anuais) e sua ponderação relativa;
- d) indicadores e metas;
- e) meios disponíveis (recursos humanos e recursos orçamentais).

Face a este quadro o serviço controlará o processo, decidirá inflexões no rumo se necessárias e virá a evidenciar no termo do ciclo:

- a) o grau de realização dos resultados obtidos na prossecução dos objectivos;
- b) a identificação dos desvios relativamente aos resultados e aos meios;
- c) a avaliação final.

Esta nova estrutura permitirá, assim que generalizadamente utilizada, a aplicação de novas práticas gestionárias baseadas na articulação dos macro e micro objectivos tanto da organização, enquanto unidade individual representativa da Administração Pública como também para todo o Sector Público con-

siderado numa perspectiva sistémica e portanto integradora.

Os objectivos a propor para cada organização têm necessariamente de ser repartidos por três classes relativas a eficiência, eficácia e qualidade. Desta forma assegura-se que nenhum destes vectores serão desprezados, ficando no entanto ao critério de cada organização o peso relativo que cada um deve ter assim como o n.º de objectivos a atribuir.

A DGARQ apresentou a avaliação superior um conjunto de objectivos integráveis dentro dos vectores estabelecidos de qualidade, eficiência e eficácia, que obedecem aos seguintes princípios orientadores no âmbito da política arquivística nacional:

Preservação digital

Trata-se de uma área estratégica na medida que se pretende oferecer soluções às organizações da AP para incorporarem os seus documentos electrónicos cujo valor justifique a sua conservação permanente. Neste âmbito o RODA é projecto emblemático devendo estar pronto a entrar em exploração em Janeiro de 2009.

Produção e acessibilização de conteúdos

Este eixo de actuação está profundamente integrado com a política da Comissão Europeia de aproximar o património ao cidadão. Tal

passa pela desmaterialização do património através de processos de digitalização e pela criação de estruturas de informação que permitam disponibilizar esse material em linha ao cidadão. Neste contexto a DGARQ mantém participação activa em projectos da CE nomeadamente o Portal de Arquivos Europeus e a Biblioteca Digital Europeia.

Melhoria de processos internos particularmente aqueles que têm repercussão no relacionamento com o cidadão

Neste contexto salientamos a implementação de funcionalidades de balcão electrónico que permitirá oferecer remotamente e a partir de um único ponto de acesso um conjunto significativo de serviços ao cidadão, relacionados com a leitura, pesquisa e reprodução de material de arquivo.

Promoção da função de auditorias, consignada pela Lei orgânica da DGARQ (Decreto-Lei 93/2007)

Com esta medida pretende-se conseguir uma salvaguarda dinâmica e proactiva do património classificado assim como incentivar as instituições produtoras a adoptar e sedimentar boas práticas de gestão de arquivos.

Abel Martins e Francisco Barbedo

SUBDIRECTORES-GERAIS

Registos Paroquiais de Torres Vedras On-line ■

TEVE LUGAR, NO PASSADO DIA 29 de Fevereiro, em Torres Vedras, a assinatura do protocolo para a digitalização dos Registos Paroquiais torrienses, entre a Direcção-Geral de Arquivos (DGARQ) e o Município de Torres Vedras (MTV), instituições representadas pelos Director da DGARQ, o Dr. Silvestre Lacerda, e Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, Dr. Carlos Manuel Soares Miguel, respectivamente.

O projecto engloba a digitalização, organização, renumeração e alteração do formato de cerca de 83 mil imagens, 80 microfimes, 166 mil páginas com mais de 500 mil registos de casamentos, baptismos e óbitos, católicos e não católicos, entre finais do século XVI e 1911.

A partir de Maio, os Registos Paroquiais de Torres Vedras estarão acessíveis em linha, no sítio da

DGARQ, em <http://ttonline.iantt.pt/>, imagens, introduzindo um ou mais termos de pesquisa. O acesso aos Registos Paroquiais, cujos originais se manterão no Arquivo Distrital de Lisboa, poderá ser feito, presencialmente, através de cópia digital, no Arquivo Municipal de Torres Vedras, ou através do sítio do Município de Torres Vedras, nomeadamente do Arquivo Municipal, em <http://www.arquivodetorresvedras.net/>, com uma ligação para o sítio da DGARQ.

Os Registos Paroquiais são livros escritos pelos párocos das diversas Paróquias (freguesias), nos quais eram lavrados os assentos de casamento, baptismo e óbito. Os primei-



ros assentos paroquiais que conhecemos, para o território português, são de casamento, e datam de finais do séc. XV, tendo sido elaborados no seguimento das recomendações feitas, em 9 de Junho de 1462, por D. Afonso Nogueira, Arcebispo de Lisboa, no capítulo de visitação à sua diocese.

A partir da década de 30 do século XVI, tendem a generalizar-se e, em 1564, após o Concílio de Trento, a obrigatoriedade do registo

em livro próprio estende-se a todas as paróquias. Todavia, as decisões tridentinas, tomadas na 24.ª Sessão, que teve lugar a 11 de Novembro de 1563, e confirmadas pela bula *Benedictus Deus*, mandada executar por alvará de D. Sebastião, apenas tornaram imperativa, como refere Manuel de Faria,

uma prática já existente em numerosas paróquias.

Não se estabelecia, porém, qualquer obrigatoriedade relativamente ao registo dos óbitos, que só aconteceu a partir de 1614, com o *Ritual Romano* de Paulo V.

Trata-se de um importante conjunto documental, com informações fundamentais para o estudo da evo-

lução demográfica do território do município, das epidemias, como a peste de Lisboa de 1565 ou a grande peste que ocorreu, em todo o reino, entre 1595 e 1604, e que os acórdãos do município de Torres Vedras também registam, para o ano de 1598. Informações importantes também para o estudo da genealogia, da demografia, da sociologia, assim como da história militar e do clima.

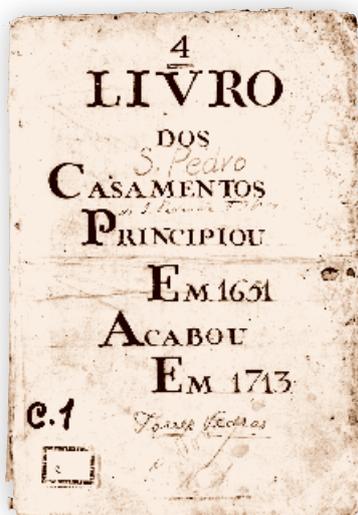
A partir de 30 de Abril de 1713, no Sínodo diocesano, presidido por D. Rodrigo de Moura Teles, ficou decidido que os livros paroquiais passariam a ser depositados em cartórios especiais, nas sedes das comarcas eclesiásticas. Até 1859, os assentos eram efectuados conforme o livre arbítrio do pároco que os redigia, passando a existir, com o decreto de 19 de Agosto, de uma uniformização no registo. Posteriormente, no cumprimento do decreto do governo de 2 de Abril de 1862, o registo paroquial passou a ser feito em duplicado, o qual, findo o ano a que respeitava, era enviado à Câmara Eclesiástica.

Os livros eram produzidos e guardados na respectiva paróquia, tendo ficado, com a implantação da República, em 1910, e a consequente criação do Registo Civil, a 18 de Fevereiro de 1911, sob a tutela das repartições do Registo Civil, a partir de 1 de Abril, até à sua incorporação nos Arquivos Distritais.

Em suma, o projecto, já quase terminado, testemunha o papel dos arquivos na preservação da memória e do património documental, na valorização da identidade local, regional e nacional, assim como na promoção do acesso aos documentos.

Carlos Guardado da Silva

ARQUIVO MUNICIPAL
DE TORRES VEDRAS



Da assinatura digital à certificação de repositórios ■

NO FINAL DOS ANOS 90 DO SÉCULO XX assistiu-se, em Portugal, às primeiras iniciativas de consolidação e desenvolvimento sustentado da então designada *Sociedade da Informação*. Não que as tecnologias de informação e comunicação não tivessem já penetrado em escala significativa nos diversos sectores de actividade, mas porque só então começou a ganhar-se efectiva consciência da extensão do impacto da TIC, das suas potencialidades e, muito especialmente, dos seus riscos.

A questão da fiabilidade da informação digital começou então a ser equacionada.

No âmbito da Iniciativa Nacional para o Comércio Electrónico, o Governo considerou urgente a definição do regime jurídico aplicável aos documentos electrónicos, matéria que veio a ser pela primeira vez regulada com a publicação do Decreto-Lei n.º 290-D/99. A autenticação digital foi a solução (única) encontrada para dar confiança ao documento electrónico.

Sobre este diploma, o órgão de coordenação nacional dos arquivos cedo se pronunciou: reconhecendo à assinatura digital condições para gerar confiança nas transacções electrónicas, considerou-a insuficiente para dar às partes segurança quanto à eficácia dos direitos adquiridos ou das obrigações assumidas a médio/longo prazo. No entendimento que então formulou e mantém, é também nas características dos sistemas que gerem e mantêm os documentos electrónicos que deve procurar-se o fundamento para determinar a persistência da fidedignidade da informação, ao longo do tempo (cf. documentos produzi-

dos no âmbito do Programa SIADÉ em www.dgarq.gov.pt).

Este alargamento de perspectiva no que respeita à avaliação da confiança da informação digital tem ganho terreno, não ainda no contexto jurídico nacional, mas pelo menos na comunidade científica e técnica internacional. A publicação da norma ISO 14721:2003 (modelo OAIS – *Open Archival Information System*) foi um passo importante nesse sentido, ao definir os requisitos a que deve obedecer um repositório que pretenda assegurar a preservação e acesso a longo prazo à informação digital. Reconhece-se, porém, que, aqui como em qualquer outro domínio, não basta a uma entidade declarar a adopção de uma norma para que automaticamente lhe seja reconhecida a pretensa qualidade associada; depois de adoptar a norma, importa demonstrar a conformidade à mesma.

Auditoria e certificação de repositórios digitais afiguram-se, pois, como os instrumentos possíveis para dar (ou retirar) confiança continuada à informação digital não efémera, conservada a longo prazo, tal como a assinatura electrónica se configurou como o instrumento para dar confiança à transmissão de documentos electrónicos.

Neste contexto, destacam-se dois projectos em desenvolvimento, com produtos já libertados e disponíveis na *web*:

- DRAMBORA (*Digital Repository Audit Method Based On Risk Assessment*), projecto desenvolvido no quadro da União Europeia pelo Digital Curation Center e pelo Digital Preservation Europe, disponível em <http://www.repositoryaudit.eu/download>.

- TRAC (*Trustworthy Repositories Audit & Certification: criteria and checklist*), um projecto conjunto do RLG-NARA (Research Library Group e National Archives and Records Administration), disponível em <http://www.crl.edu/PDF/trac.pdf>.

O DRAMBORA reivindica-se como um instrumento para a auto-avaliação de repositórios digitais, enquanto o TRAC se orienta a propósitos de certificação. Mas ambos têm por base o modelo OAIS e partilham a mesma convicção de que, para avaliar a fiabilidade da informação digital é necessário observar todo o sistema no âmbito do qual a informação é gerida, indo além dos procedimentos específicos de gestão dos objectos digitais, indo além da tecnologia e das infra-estruturas técnicas, analisando a própria infra-estrutura organizacional da entidade que reclama práticas de preservação digital.

Qualquer destes instrumentos tem um «estatuto» técnico-científico e não legal. De facto, não estão ainda criadas estruturas nem definidos os termos de um eventual processo de certificação de repositórios digitais, seja a nível nacional, europeu ou internacional. Acredita-se, porém, que se trata apenas de uma questão de tempo (curto) e de consolidação de requisitos e metodologias de avaliação. Preparando-se para esse futuro próximo, a DGARQ adoptou o modelo OAIS e está a incorporar no desenvolvimento do projecto RODA (*Repositório de Objectos Digitais Autênticos* – <http://roda.iantt.pt>) os requisitos de avaliação da conformidade ao modelo propostos pelo TRAC.

Cecília Henriques

Arquivo *Maria de Lourdes Pintasilgo* na Internet ■

EM 23 DE JANEIRO DE 2008, o Centro de Documentação e de Publicações (CDP) da Fundação Cuidar O Futuro disponibilizou na Internet uma parte significativa do arquivo histórico *Maria de Lourdes Pintasilgo*.

A primeira fase do projecto de preservação e comunicação deste acervo, designado *Memória na Internet de Maria de Lourdes Pintasilgo*, foi iniciada em Fevereiro de 2006, com o apoio do Programa Operacional Sociedade do Conhecimento no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio.

Dos resultados obtidos com o desenvolvimento deste projecto, até ao momento presente, merecem referência:

- Os Instrumentos de Descrição Documental (IDD), produzidos de acordo com critérios universais de acesso: o Registo de Autoridade do fundo *Maria de Lourdes Pintasilgo*, apresentado segundo o modelo ISAAR (CPF), o Plano de Classificação do fundo, o Quadro de Classificação da documentação a tratar no âmbito do projecto e uma Base de Dados, para descrição das espécies documentais e fotográficas, que respeita as orientações da norma ISAD(G);

- A organização, descrição e digitalização de 12.777 documentos e 400 fotografias. Sendo que o portal do CDP disponibiliza 10.202 documentos e 349 fotografias. Outros documentos só se encontram acessíveis nas instalações do CDP e outros há que permanecem reservados, pela natureza do seu conteúdo, não podendo para já ser tornados públicos;

- A realização de acções de publicidade e propaganda do projecto que incluíram a expedição de uma carta explicativa do projecto, duas newsletters, a publicação de 1 artigo sobre o projecto numa revista



Lusitânia Sacra e a produção do folheto do CDP;

- Finalmente, a criação do portal do CDP onde são disponibilizados os conteúdos do arquivo histórico de Maria de Lourdes Pintasilgo (www.arquivopintasilgo.pt), além da sua biografia e de uma cronologia biobibliográfica (resultados de um primeiro trabalho de investigação sobre o acervo).

Nesta iniciativa, optou o CDP por recorrer à colaboração do Arquivo & Biblioteca da Fundação Mário Soares (FMS) para prestação de serviços técnicos especializados.

O arquivo reúne cerca de 50.000 documentos e 4.600 fotografias, produzidos e acumulados ao longo da vida pessoal e profissional da Engenheira Maria de Lourdes Pintasilgo, possibilitando a recuperação da sua trajectória de vida e focando os acontecimentos ocorridos entre as datas do seu nascimento e morte. Integra maioritariamente documentos textuais em suporte papel, em bom estado de conservação, com variadas tipologias e formatos, sendo ainda composto por outras espécies documentais em múltiplos suportes (como sejam registos fotográficos e sonoros, filmes e vídeos, etc.).

Estabeleceu-se que a organização lógica do arquivo *Maria de Lourdes Pintasilgo* seria norteadada pelo critério da funcionalidade. Isto é, pela identificação do elo entre os documentos e as actividades que lhes deram origem, de forma a garantir a representação do contexto e circunstâncias que justificaram a sua pro-

dução e acumulação. Determinou-se ainda que essas mesmas funções respeitariam a sequência cronológica do seu exercício, permitindo assim a reconstituição da trajectória de vida da Engenheira Maria de Lourdes.

Para além do percurso biográfico de Maria de Lourdes Pintasilgo e da sua acção, a documentação disponibilizada esclarece ainda sobre as redefinições do papel e do lugar da Igreja Católica portuguesa face à sociedade e face ao poder político nos últimos cinquenta anos, sobre a construção histórica da problemática da participação das mulheres na vida política e pública, sobre a intervenção do Estado português nos múltiplos circuitos diplomáticos, documenta o intercâmbio cultural com organizações internacionais e permite caracterizar a acção política de vários agentes históricos singulares e colectivos para diferentes períodos da história contemporânea.

Actualmente, o CDP prossegue o tratamento e a informatização deste arquivo histórico, tendo em vista a abertura gradual à consulta pública da totalidade da documentação que o compõe. Tratando-se de uma organização da memória, o CDP entende que o esforço para preservar e tornar acessível o espólio de Maria de Lourdes Pintasilgo não se esgota nem no desenvolvimento da existência digital de fontes de investigação científica nem no contributo para a promoção da identidade cultural em ambiente digital; mas exige a contextualização e a interpretação da documentação revelada à luz de diferentes áreas científicas e, sobretudo, a sua fruição pelos utilizadores.

Paula Borges Santos

COORDENADORA DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E DE PUBLICAÇÕES DA FUNDAÇÃO CUIDAR O FUTURO

Arquivo dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira ■

A 27 DE DEZEMBRO DE 2000, POR contrato de depósito assinado em Lisboa, entre o então Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, na pessoa do seu Director, Dr. Bernardo Vasconcelos e Sousa e os Dr. Francisco da Silveira de Vasconcelos e Sousa, Dr.^a Maria Francisca de Azevedo Vasconcelos e Sousa, Eng.^o Bernardo Luís de Azevedo de Vasconcelos e Sousa, Eng.^o Luís de Azevedo Vasconcelos e Sousa e Dr.^a Maria da Luz de Azevedo Coutinho de Vasconcelos e Sousa, foi depositado nesta instituição um acervo documental, designado por Arquivo dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira.

A documentação foi sendo entregue de forma faseada, tendo as primeiras caixas, entrado na Torre do Tombo em 2000 e as últimas já no ano de 2007.

A família dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira descende de um irmão de Mestre Pedro Nogueira, o primeiro que é referido na documentação que constitui este fundo.

Pelo estudo da documentação é possível perceber a genealogia da família, as suas relações e ramificações, entroncando com diversas famílias titulares como os Condes dos Arcos (Arcos de Valdevez), os Condes de Penela, os Marqueses de Ponte de Lima, os Condes de Tenório, os Condes de Vila Nova, entre outros.

O título de Visconde de Vila Nova de Cerveira, primeiro título de visconde, atribuído em Portugal, data de 1476 e foi concedido a D. Leonel de Lima por D. Afonso V. A família tinha os apelidos de Lima, Brito e Nogueira, tendo ficado estabelecido que os sucessores tinham que usar em primeiro lugar o apelido de Lima.

A documentação, produzida por esta família, abrange um período que



vai do século XIII ao XIX e permite visualizar o percurso de uma família ao longo destes séculos. Constituída na sua maioria por documentos relativos à gestão do vasto património, sobretudo bens de raiz, tem também documentos que se reportam à actividade dos seus membros, às relações e conflitos entre eles, as mercês e privilégios dados pelos reis como recompensa pelos serviços prestados à coroa. Existe também documentação relativa a contendas entre membros da família e desta com pessoas estranhas à família.

É possível verificar que o património tem pelo menos duas origens, doações régias e compra de bens a pequenos proprietários, aos quais, muitas vezes e, em simultâneo, esses mesmos bens eram arrendados.

Os seus bens localizam-se um pouco por todo o país com incidência no norte e em Lisboa e arredores e, também na Ilha do Fogo.

O estudo da documentação revela ainda que os seus produtores e detentores tiveram a preocupação de, ao longo dos tempos, verificar com regularidade tudo o que respeitava à família: o estado dos bens de raiz, a existência dos títulos, as escrituras de aforamento, compra, venda, renovação de prazos, as mercês e os privilégios concedidos pelos reis, neste período de quase sete séculos, correspondência, investigações na Torre

do Tombo sobre assuntos relacionados com a família.

Prova desta preocupação, são os diversos inventários, catálogos e apontamentos referentes aos bens e aos membros da família.

Grande parte da documentação foi reorganizada em 1819. No inventário desta data intitulado «Livro Geral

do cartório de D. Tomás José Xavier de Lima, 2.^o Marquês de Ponte de Lima, no qual se contém todos os títulos e padrões, morgados, senhores, propriedades, quintas, fazendas, foros, casais e mais rendas, privilégios, bulas apostólicas, testamentos e outros bens que pertencem à dita casa. Tudo extraído dos originais, títulos e mais documentos que no dito cartório se acham mando [sic] por ordem do dito senhor em Julho de 1819», os documentos foram organizados na sua maioria por áreas geográficas correspondentes à localização do bens de raiz, e alguns por tipologias ou assuntos.

Existem, contudo, documentos que fogem a esta organização.

A documentação é propriedade da família que a depositou, temporariamente, na Torre do Tombo.

A instituição responsabilizou-se não só pelo seu tratamento arquivístico como pela mudança de suporte, a fim de que os investigadores possam ter acesso à mesma.

A consulta pública dos documentos está sujeita à autorização, por escrito, de um dos dois representantes dos proprietários, a saber, o Engenheiro Luís de Azevedo de Vasconcelos e Sousa ou a Dr.^a Maria da Luz de Azevedo Coutinho de Vasconcelos e Sousa.

Teresa Saraiva

ANIM

Arquivo Nacional das Imagens em Movimento ■

O ANIM foi inaugurado no passado ano de 1996 e a partir dessa data passou a ser o serviço da Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema através do qual esta passou a realizar as suas funções de salvaguarda e conservação do património cinematográfico ou, mais genericamente, de imagens em movimento.

A EDIFICAÇÃO DO ACTUAL CENTRO Técnico de Conservação foi o resultado final de um projecto que se iniciou 16 anos antes. Concretamente, foi em 1980 que se pensou pela primeira vez no projecto ANIM, embora só em 1986 este tenha começado a ser objecto de atenção governamental. Depois de peripécias várias, a sua construção foi feita em diferentes fases, tendo durado praticamente uma década até à sua inauguração.

O ANIM nasceu para fazer face às necessidades específicas que a salvaguarda do património das imagens em movimento exige. Concretamente, estamos a falar num património de imagens cujo suporte é muito perecível do ponto de vista químico e consequentemente é necessário conservá-lo nas melhores condições possíveis. Estas condições passam por conservar os diferentes tipos de suporte em determinadas condições de climatização, combinando baixas temperaturas com baixas percentagens de humidade relativa.

Consequentemente, no actual Centro de Conservação do ANIM, para além dos diversos sectores técnicos que trabalham toda a colecção de imagens em movimento, foram construídos cofres climatizados para albergar os diferentes materiais, permitindo assim uma melhor conservação dos seus suportes e emulsões.

O tipo de compartimentação e de tipologia de cada cofre foi determinado, tendo em conta o tipo de suporte e de emulsão dos materiais que seriam lá acondicionados.



Cofres para filmes em suporte de nitrato de celulose – foram desenhados num edifício isolado do restante complexo com características construtivas específicas decorrentes da natureza inflamável deste suporte. Constituído por 56 pequenas células, construídas especialmente para fazer face a questões de segurança necessárias para a arrumação deste tipo de material fílmico, com sistemas corta-fogo e portas isolantes. Pretende-se com estas pequenas células disseminar esta colecção em suporte inflamável com o objectivo de se reduzir o risco de perda patrimonial em caso de incêndio.

Cofres para filmes em suporte *safety* (acetato ou poliéster) – Cofres com grande capacidade de armazenagem, permitindo acondicionar em cada um deles grandes quantidades

de materiais fílmicos. Todos eles têm níveis de temperatura e humidade relativa rigorosamente controlados, dependendo os seus valores do tipo de emulsão dos materiais fílmicos a que se destinam alojar cada cofre.

Para além dos espaços de armazenagem física das imagens, o ANIM e todo o Centro Técnico respectivo é composto por diversos sectores técnicos que vão trabalhando a colecção nas suas diferentes componentes e áreas de acção.

Os principais objectivos da equipa que trabalha no ANIM, nos seus diversos sectores, passam por uma boa política de **prospecção** activa, principalmente no actual contexto em que o regime de depósito legal ainda é uma ficção na área das imagens em movimento. Assim, todos os depósitos de filmes no ANIM são voluntários, na medida em que os agentes cinematográficos vão sendo sensibilizados para a importância das condições de conservação dos seus materiais.

Passam também pela boa **conservação** das imagens entradas em arquivo, acondicionando-as nos cofres climatizados concebidos para esse efeito.

Passam ainda pelo aumento progressivo do **conhecimento** que se tem sobre a colecção depositada. Esse conhecimento divide-se no conhecimento sobre o actual estado



de conservação da colecção e no conhecimento das próprias imagens arquivadas e na sua importância e conteúdos.

À medida que estes três primeiros objectivos vão sendo cumpridos, estamos em condições de prosseguir com uma boa política de **preservação/restauro**. Essa política implica sempre uma escolha de títulos e de imagens a preservar, duplicando-as e restaurando-as com produção de cópias em novas películas e suportes, respeitando-se sempre as características do original, salvaguardando com esta tarefa as respectivas obras, garantindo a sua sobrevivência para as próximas gerações. Quanto melhor se conhecer a colecção e o seu estado, mais bem preparados estamos para fazer opções correctas na elaboração de listas de obras a preservar.

Por fim, e como último objectivo, estando ligado e dependente de todos os outros, encontra-se o **acesso** à nossa colecção. À medida que vamos cumprindo todos os outros objectivos, maiores serão as condições e mais vasta será a colecção que estará acessível ao público. O acesso activo que é feito diariamente na Programação das nossas salas na Barata Salgueiro com cinco sessões diárias e o acesso passivo que é feito através do ANIM, onde diariamente recebemos pedidos de visionamento e possíveis cedências de imagens para os diversos tipos

de agentes e entidades requerentes (investigação, produção, etc.).

As diversas actividades para cumprir os objectivos acima referidos incluem:

- Prospecção, aquisição, depósito de materiais fílmicos, privilegiando a integração no acervo dos negativos originais do Cinema Português e a constituição de uma colecção de cópias de referência das cinematografias nacionais e estrangeiras.
- Catalogação informatizada (em base de dados desenvolvida internamente) dos materiais fílmicos e dos novos suportes que compõem o acervo arquivado de Imagens em Movimento, integrando cadastro técnico, dados filmográficos, processos de aquisição, doação e situações jurídicas dos materiais e respectivas obras.
- Preservação e restauro do património fílmico, com recurso ao laboratório interno e, complementarmente, a laboratórios externos especializados.
- Identificação, inspecção, revisão e controle de qualidade dos acervos depositados e/ou restaurados.
- Recolha e/ou aquisição de material museográfico de carácter histórico ou estético relacionado com a cinematografia nacional e estrangeira. Preservação e restauro do património museográfico. Catalogação de todo o acervo de aparelhos museográficos e implementação do sector de Conservação e Restauro entendido

como uma das acções de retaguarda de preparação do futuro Museu.

- Acções de Formação e promoção de Estágios.
- Apoio e gestão dos pedidos de acesso ao Arquivo em suporte cinematográfico ou videográfico, incluindo acompanhamento da investigação especializada.
- Colaboração com agentes culturais e comerciais do audiovisual, mediante cedência de imagens em movimento em suporte cinematográfico ou videográfico, através do nosso sector de Novos Suportes que inclui a actividade de telecinema.

Todas estas actividades já tiveram como resultado a existência em arquivo de mais de 28.000 obras identificadas e catalogadas, correspondendo à entrada de 63.720 materiais fílmicos e em suporte vídeo na Base de Dados do ANIM informatizada.

Em suma, a principal missão do ANIM consiste na sobrevivência e salvaguarda de todo o acervo de imagens em movimento, possibilitando a sua consulta e o seu acesso para o deleite das gerações vindouras. Filmes como *A Canção de Lisboa*, *O Pai Tirano* ou *Aniki Bóbo* que foram tão admirados pelos nossos pais e avós, deverão estar igualmente acessíveis aos nossos filhos e netos.

Rui Machado

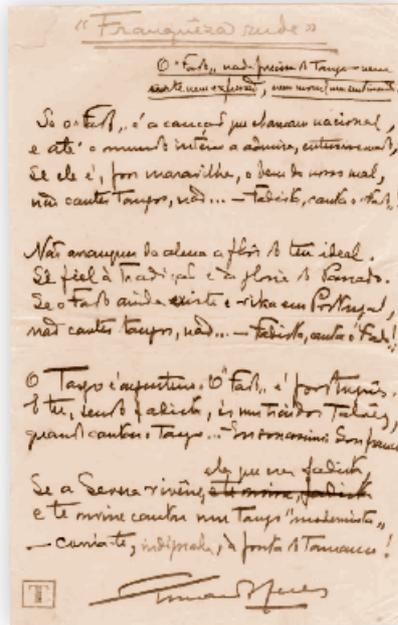
RESPONSÁVEL PELO
DEPARTAMENTO ANIM

Doação do espólio de Armando da Silva Neves ■

REALIZOU-SE NO DIA 15 DE JANEIRO, na Direcção-Geral de Arquivos, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, a doação da segunda parte do espólio literário de Armando Guilherme da Silva Neves, por parte dos herdeiros, seus filhos. A primeira parte do espólio tinha sido doada pelos mesmos, em Junho de 2005, compreendendo documentação produzida pelo autor no âmbito do desempenho da sua actividade como poeta, escritor e jornalista.

Incluem recortes de imprensa, fotografias, documentos (originais e fotocópias) relativos ao fado e à actividade fadófila de Armando Neves, com datas compreendidas entre 1913-1976 (as datas posteriores a 1944, referem-se a documentação produzida no âmbito da edição musical de alguns fados e respectivos direitos de autor).

Armando Guilherme da Silva Neves nasceu a 12 de Março de 1899, em Quelimane (Moçambique), vindo a ser baptizado em Lisboa em 1900. Foi viver para Portalegre, e em 1916,



iniciou-se como jornalista na imprensa regional da cidade, colaborando nos jornais «A Juventude», «A Plebe» e «O Distrito de Portalegre».

Entre 1917 e 1927, foi redactor principal nos jornais «A Plebe» e «O Distrito de Portalegre», e foi director-fundador do jornal «O Imparcial».

Em 1927, veio para Lisboa, onde se radicou definitivamente. Entre 1927

e 1932, integrou o corpo redactorial do jornal «O Século» e colaborou no jornal humorístico «Sempre Fixe».

Participou em concursos literários, livros de versos e poesia, escreveu várias peças de teatro, e muito acerca do fado. Desenvolveu uma intensa actividade radiofónica através da «Rádio Lusa» e, em 1941, foi colaborador principal e responsável pela página «Ao Som das Guitarras» da revista «Stadium».

Além de vários prémios obtidos em concursos literários, obteve também várias menções honrosas. Faleceu a 30 de Abril de 1944.

O espólio de Armando Guilherme da Silva Neves conta, actualmente, com uma dimensão de 7 caixas e 46 diplomas, dispondo de descrição sumária, acessível na página *web* da DGARG, com o endereço <http://www.dgarq.gov.pt/> através da *TT Online* onde pode ser pesquisado pelo (código de referência PT-TT-AGSN).

Ana Lopes Vaz dos Santos

Permuta de documentação da Real Fábrica de Lanifícios de Portalegre ■

AO ABRIGO DO PROTOCOLO celebrado em Dezembro de 2006, entre o Arquivo Nacional da Torre do Tombo e a Biblioteca Nacional, procedeu-se mais uma vez, à permuta de documentação, possibilitando o enriquecimento de acervos já detidos por cada uma das instituições, tendo a entrega da documentação ocorrido em Julho de 2007, após a devida autorização ministerial.

A Biblioteca Nacional recebeu quatro cartas de Eça de Queiroz dirigidas a Jesuíno Esequiel Martins (sub-

director da Direcção dos Consulados e dos Negócios Comerciais), enviadas de Havana e Newcastle, entre os anos de 1872 e 1875, versando sobre questões consulares.

Por seu lado a Torre do Tombo ganhou uma documentação relativa à Real Fábrica de Lanifícios de Portalegre, bastante diversa daquela que já possuía. São 10 mapas e plantas da área envolvente e do edifício onde a fábrica se instalou (de data aproximada de 1772), 122 documentos com múltiplas amos-

tras dos tecidos por ela fabricados, um livro de inventário dos bens da fábrica (datado de 1788), e ainda três documentos relativos à administração da fábrica.

Esta documentação foi alvo da apropriada descrição arquivística, conduzindo à sua integração na estrutura já existente, ou seja, no sub-fundo Real Fábrica de Lanifícios de Portalegre do fundo Real Fábrica das Sedas.

Joana Braga

Depósito de bens arquivísticos ■

O ARQUIVO DA FAMÍLIA SALDANHA Albuquerque e Castro Ribafria (Penamacor) Lima e Melo Falcão Trigoso ficou depositado por trinta anos, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), por Contrato de depósito assinado entre a representante da família, Senhora D. Maria José Falcão Trigoso da Cunha Vilas Boas, e o Director da Direcção-Geral de Arquivos e do Arquivo Nacional Torre do Tombo, em cerimónia realizada na Sala do Relógio, em 19 de Fevereiro de 2008, assinada por mostra documental organizada pela Dra. Maria José Mexia Bigotte Chorão, na qualidade de elemento de ligação entre a DGARQ e a Família depositária.

O acto foi divulgado por notícia dada pelo Jornal «Público», para a qual foram disponibilizadas, exclusivamente para o efeito, três fotografias de documentos do acervo.

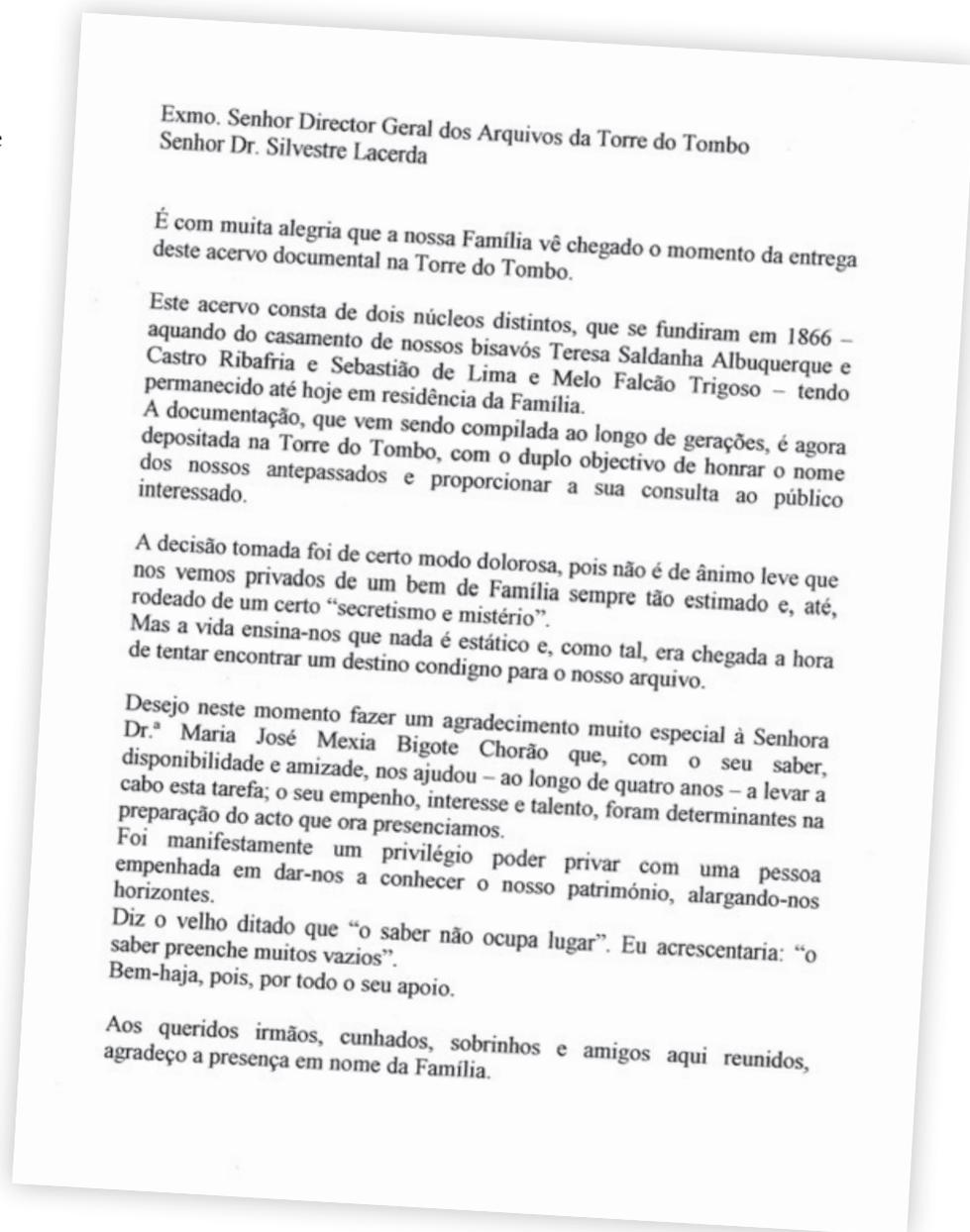
O Arquivo constituído por 167 caixas, com documentos datados de cerca de 1478 a 1912, contém documentação produzida no âmbito da administração de casas e morgados (de Beja, Chaves ou Casas Novas, dos Castros, de Elvas, Melres, do Paúl de Boquilobo, Portel, Ribafria, Sardoal, de Penha Verde, Serpa, S. Gens), bem como documentação produzida no decorrer do exercício de cargos (no Estado da Índia, em Angola, Moçambique, diplomáticos, e outros), e ainda documentos reunidos ao longo do tempo sobre as pessoas das famílias que se foram cruzando de que são exemplo apontamentos de genealogia, certidões de casamento e de baptismo. Integra também escrituras de bens, sentenças, processos judiciais, testamentos, correspondência, registos de receita e despesa, inventários de bens,

desenhos e plantas, documentos relativos à colónia do Sacramento e a bens situados no Brasil (a partir da actividade do capitão Francisco Xavier Pereira de Carvalho) e na Madeira, a quintas, a comendas, a capelas e missas, à avaliação de jóias, a peças de loiça de Nankim, a casas comerciais, ao contrato do tabaco, aos pesos e medidas no âmbito do funcionamento da Comissão para o Exame dos Forais e Melhoramento

da Agricultura, com membros nomeados pela Academia das Ciências, e ainda documentos relacionados com conventos e mosteiros, pessoas eclesiásticas, com a inquisição, a Misericórdia de Lisboa, a Mesa da Consciência e Ordens, entre outros.

Fátima Dentinho do Ó Ramos

CHEFE DE DIVISÃO DE AQUISIÇÕES
E TRATAMENTO ARQUIVÍSTICO



Dr. Antero de Seabra: o ingresso na DGARQ de um importante arquivo fotográfico ■



Alguns exemplares do arquivo fotográfico do Dr. Antero de Seabra – da esquerda para a direita: negativo estereoscópico em vidro (com vista parcial de Lisboa em 1918); caixa de madeira para remessa postal de chapas estereoscópicas (enviadas dos Açores por Francisco Afonso Chaves, em 1913); óculos Verascope (de proveniência francesa). Foto de autoria de Carla Lobo.

O DOCUMENTO FOTOGRÁFICO VAI progressivamente conquistando igualdade com o documento escrito, no que se refere ao reconhecimento do seu valor como testemunho histórico válido e probatório. Em sintonia com esta tomada de consciência, acções espontâneas de recolha e preservação deste património tornam-se mais frequentes.

Comprovação de tudo isto é a recente iniciativa do empresário Sr. António Alberto Diniz, ao resgatar um arquivo fotográfico outrora pertencente à família do naturalista Dr. Antero de Seabra e ao doá-lo a um órgão público vocacionado para a salvaguarda e para a divulgação documental. Com efeito, em Janeiro do corrente ano o Sr. Diniz, como único proprietário do mencionado acervo e graças ao incentivo de um amigo, Sr. Pedro Pinto, fez entrega formal à DGARQ das 1.340 espécies fotográficas que subsistiam na sua posse, numa meritória demonstração de sensibilidade patrimonial.

Quanto ao Dr. Antero de Seabra (1874-1952), de quem o arquivo em questão recebe o nome, é considerado o mais célebre entomologista português da sua época. Completou o curso de Ciências Naturais em França, onde também frequentou o Museu de Paris, a Sorbonne e a Escola Prática de Altos Estudos. De regresso a Portugal, dedicou-se

ao estudo das faunas metropolitana e ultramarina, no Museu Zoológico da Universidade de Lisboa, sob a orientação de Barbosa du Bocage, chegando a Conservador da Secção Zoológica do citado Museu. No decorrer da sua vida profissional, a par da produção de uma vasta obra bibliográfica, ocupou muitos outros postos relevantes, como o de Assistente na Faculdade de Ciências de Lisboa; o de Director do Aquário Vasco da Gama, no Dafundo (Oeiras); o de Chefe da Secção Entomológica do Laboratório de Biologia Florestal; o de Naturalista do Museu Zoológico e o de Professor de Ciências Naturais, ambos na Universidade de Coimbra, onde se manteve até à reforma, recebendo inclusive o título de Doutor «honoris causa» pela mesma Universidade.

Os positivos e negativos fotográficos abrangem o período cronológico, ainda estimativo, de 1906 a 1968, tendo sido todavia a maior e a mais significativa parcela constituída durante a existência do Dr. Antero de Seabra, de quem as imagens registam as respectivas actividades científicas e administrativas, versando sobre fauna e flora de Portugal e do estrangeiro, aspectos do exterior e do interior do Aquário Vasco da Gama, alfaías agrícolas, embarcações e outros temas congéneres. Há, finalmente, retratos de familiares do Dr. Seabra, bem

como de várias localidades por eles visitadas no âmbito de viagens realizadas dentro e fora do País.

É de assinalar o importante conjunto de fotografias estereoscópicas, em suporte de vidro e em diferentes formatos, que compõe o acervo em questão, com destaque para a produção do militar Francisco Afonso Chaves (1857-1926), também naturalista, estudioso da fauna e flora açorianas, além de pioneiro na concepção daquele que seria o Serviço Meteorológico dos Açores. O referido conjunto de estereogramas é provido, ademais, de óculos com armação metálica para a visualização da modalidade Verascope, como se pode verificar na ilustração que acompanha o presente texto.

O arquivo fotográfico do Dr. Antero de Seabra, ora desorganizado e em condições precárias de conservação, passou a ser objecto de especial atenção por parte da DGARQ, na expectativa de que após tratamento, descrição e digitalização, possa estar plenamente disponível às consultas do público interessado.

Paulo Leme

TÉCNICO SUPERIOR DE ARQUIVO
E DESCRIÇÃO DOCUMENTAL

Carla Freitas Lobo

TÉCNICA SUPERIOR DE
CONSERVAÇÃO E RESTAURO

Doação de arquivo fotográfico ■

O SENHOR AUGUSTO FRIAS

Marques, único proprietário do arquivo fotográfico Frias Marques, fez doação e entrega do arquivo e respectivo equipamento fotográfico à Direcção-Geral de Arquivos.

Alimentando desde a adolescência um gosto acentuado pela fotografia, dedica-se ao estudo aprofundado, entre 1968-1972, de tecnologias de ponta e respectiva utilização especializada, o que lhe permitiu iniciar a actividade fotográfica com equipamentos e técnicas inovadoras, tendo sido o introdutor em Portugal da fotografia de grande formato.

O arquivo fotográfico, produzido entre 1972 e 2007, compreende c. de 121 caixas, com aproximadamente 150 espécies cada, mais quatro álbuns, perfazendo (caixas e álbuns) cerca de 18.000 imagens. Fez, ainda, a doação de diversas publicações especializadas, nomeadamente: *La Photographie; Tratado de Fotografia; 3.ª Exposição Mundial de Fotografia – Catálogo; Las cámaras de formato grande en la práctica.*

Os temas que se podem encontrar no espólio fotográfico são: fotografias de personalidades políticas ou outras relevantes ao nível sociocultural; cobertura fotográfica de acontecimentos especiais (25 de Abril, por exemplo); fotografias de ruas e edifícios de Lisboa; conjunto de negativos de fotografias de José Ribeiro dos Santos, estudante do Curso de Direito e assassinado pela PIDE em 1972; fotografias de soldados de partida para as “guerras de África”, entre outros assuntos. ◇

Arquivo Municipal de Ponte de Lima ■



NO ÂMBITO DO PROJECTO «TRATAMENTO E DIGITALIZAÇÃO de Documentos do Arquivo Municipal de Ponte de Lima» foi editado o livro «Os Forais Manuelinos da Terra de São Martinho e de Souto de Rebordões» da autoria do Dr. José Marques. Trata-se de uma reprodução fac-similada dos forais de S. Martinho da Gandra, de Beiral do Lima e de Souto de Rebordões actuais freguesias do concelho de Ponte de Lima.

Publicou-se ainda «O Reino da Informação: uma visita ao Arquivo Municipal de Ponte de Lima», cujo texto foi elaborado em parceria com o Arquivo Distrital de Viana do Castelo.

Este guia insere-se nas actividades que o Arquivo Municipal de Ponte de Lima tem vindo a desenvolver no sentido de criar uma maior aproximação junto da comunidade, nomeadamente das escolas.

As acções desenvolvidas – visita ao arquivo, actividades pedagógicas e teatro de fantoches – têm o intuito de contribuir para a sensibilização das crianças e jovens para a preservação da memória colectiva, para a conservação do património documental, bem como para que se inteirem das funções e atribuições do Arquivo Municipal e dos profissionais ao seu serviço.

No portal oficial do Arquivo Municipal de Ponte de Lima – <http://www.arquivo.cm-pontedelima.pt> – para além de outras informações pertinentes, é possível o acesso on-line à base de dados e às imagens digitalizadas bem como adquirir as publicações do município.

Esta página Web constitui assim um importante instrumento de apoio à comunidade e a todos os investigadores das mais diversas áreas do conhecimento.

Cristiana Freitas

ARQUIVO MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA

AGENDA

Exposições

Fading Hutongs › Júlio de Matos 150 fotografias (cor)

DE 12 DE ABRIL A 29 DE JUNHO DE 2008

ESTE PROJECTO TEVE A SUA GÉNESE NA REFLEXÃO FEITA PELO AUTOR após a sua primeira estada em Beijing, em Agosto de 2005.

Os Hutongs – ruas tradicionais daquela cidade – estão a desaparecer rapidamente, devido a pressões urbanísticas causadas pelo acelerado crescimento económico e pelas alterações dos estilos de vida, pelo que o fotógrafo (que é também arquitecto) sentiu a urgência de regressar em 2006, e realizar um projecto fotográfico à volta dos Hutongs, tentando contrariar de uma forma subjectiva uma perda de memória colectiva. ♦

Peregrinos do Quotidiano › Virgílio Ferreira 30 fotografias (cor)

DE 12 DE JULHO A 2 DE NOV. DE 2008

Fotografias de Beijing, Macau, Hong Kong e Xangai.

NAS PALAVRAS DE MARIA DO CARMO SERÉN: «CADA CIDADE TEM A SUA atmosfera, a sua história colectiva, a luz e cor que esclarecem sobre os gestos e os sorrisos. Virgílio Ferreira aprisiona esses quase invisíveis que o sobressaltam no transitório urbano, as especificidades de cada lugar branqueadas no multiculturalismo do progresso (...).

O fotógrafo levou consigo um conceito sociológico e soube destacar, aqui e ali, em contextos e atitudes, a singularidade que sempre persiste na população universal dos peregrinos do quotidiano urbano.» ♦



MACAU 2006 © VIRGÍLIO FERREIRA

Comemoração do Dia Internacional dos Museus

17 DE MAIO DE 2008

Participação na «Noite dos Museus», com a iniciativa «venha passar uma noite com Camilo Castelo Branco».

18 DE MAIO DE 2008

Palestra/visita ao edifício da Ex-CRP pela Professora Doutora Maria José Moutinho (FLUP). ♦

ERRATA

Rectifica-se a informação publicada no Boletim:

#02 Agosto › Outubro de 2007

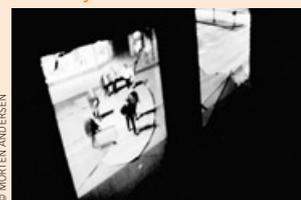
- **Página 6 – EM DESTAQUE**
Onde se lê 1179, deve ler-se 1189.
- **Página 12 – AGENDA**

Night Order › João Leal



© JOÃO LEAL
«Afastamento 02».

Fast City › Morten Andersen



© MORTEN ANDERSEN
Sem título (da série «Fast City»), 1999.

Centro Português de Fotografia/Direcção-Geral de Arquivos

Edifício da Cadeia da Relação do Porto – Campo Mártires da Pátria, 4050-368 Porto
tel. 22 207 63 10 | fax 22 207 63 11 | email@cpf.pt | www.cpf.pt

Horário do centro de exposições: 3.ª a 6.ª das 10:00 às 12:30 (a título experimental até ao fim de Dezembro) e das 15:00 às 18:00/sábados domingos e feriados das 15:00 às 19:00 | entrada livre